



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Espírito Santo  
Vice-Presidência  
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP**

## **BOLETIM DE PRECEDENTES**

Vitória, 30 de novembro de 2023  
Edição n. 009/2023 – 01/11/2023 a 30/11/2023

### **APRESENTAÇÃO**

O boletim do NUGEP-ES visa a auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo na divulgação das notícias referentes à Repercussão Geral (RG), aos Recursos Repetitivos (RR), aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), para os fins dos arts. 985, 1.035, §8º, 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC, em cumprimento ao art. 7º, inciso VIII da Resolução 235/2016 do CNJ.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TJES.

### **RECURSOS REPETITIVOS - STJ**

[Vide boletins de precedentes do STJ nº 114 e 115 em anexo.](#)

#### **AFETAÇÃO**

#### **- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**

- **TEMA 1221** – Paradigmas RESP 2090538/PR e RESP 2094611/PR

Questão submetida a julgamento: "**Definição do termo inicial dos juros moratórios no caso de demanda em que se pleiteia reparação moral decorrente de mau cheiro oriundo da atividade de prestadora de serviço público no tratamento de esgoto**".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "**suspensão da tramitação de processos com recurso especial e/ou agravo em recurso especial interposto, em tramitação na Segunda Instância e/ou no STJ**".

Data da afetação: 17/11/2023

#### **- DIREITO PENAL**

- **TEMA 1222** – Paradigma RESP 2072978/MS

Questão submetida a julgamento: "**Verificar a possibilidade de agentes da Polícia Federal criarem sites/fóruns de internet para apuração de crimes, de identificação e de localização de pessoas que compartilhem arquivos pedopornográficos**".

Na oportunidade, a Terceira Seção do STJ **não determinou a suspensão nacional de todos os processos**.

Data da afetação: 20/11/2023

## - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- **TEMA 1220** – Paradigma RESP 1826796/SC

Questão submetida a julgamento: "**Definir se o Memorando-Circular Conjunto 21/DIRBEN/PFEINSS configura marco interruptivo do prazo prescricional das demandas de revisão de benefício previdenciário, nos termos do art. 202, VI, do Código Civil**".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "**suspensão do processamento de todos os processos, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma matéria, nos quais tenha havido a interposição de recurso especial ou de agravo em recurso especial, na Segunda Instância, ou que estejam em tramitação no STJ, respeitada, no último caso, a orientação prevista no art. 256-L do RISTJ**".

Data da afetação: 08/11/2023

## RECURSOS REPETITIVOS COM TESE FIRMADA

### - DIREITO PROCESSUAL PENAL

- **TEMA 1206** – Paradigmas RESP 2048422/MG, RESP 2048645/MG e RESP 2048440/MG

Tese firmada: "**A simples falta de assinatura do perito encarregado pela lavratura do laudo toxicológico definitivo constitui mera irregularidade e não tem o condão de anular a prova pericial na hipótese de existirem outros elementos que comprovem a sua autenticidade, notadamente quando o expert estiver devidamente identificado e for constatada a existência de substância ilícita**".

Data de publicação do acórdão: 27/11/2023

## TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

### - DIREITO AMBIENTAL

- **Trânsito em julgado no TEMA 1159** – RESP 1984746/AL e RESP 1993783/PA

Tese firmada: "**A validade das multas administrativas por infração ambiental, previstas na Lei n. 9.605/1998, independe da prévia aplicação da penalidade de advertência**".

Trânsito em julgado em: 21/11/2023

### - DIREITO CIVIL

- **Trânsito em julgado no TEMA 1132** – RESP 1951888/RS e RESP 1951662/RS

Tese firmada: "**Em ação de busca e apreensão fundada em contratos garantidos com alienação fiduciária (art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969), para a comprovação da mora, é suficiente o envio de notificação extrajudicial ao devedor no endereço indicado no instrumento contratual, dispensando-se a prova do recebimento, quer seja pelo próprio destinatário, quer por terceiros**".

Trânsito em julgado em: 16/11/2023

## - DIREITO PENAL

- **Trânsito em julgado no TEMA 1202** – RESP 2029482/RJ e RESP 2050195/RJ

Tese firmada: **"No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve 7 (sete) ou mais repetições."**

Trânsito em julgado em: 30/11/2023

## - DIREITO PROCESSUAL PENAL

- **Trânsito em julgado no TEMA 1114** – RESP 1933759/PR e RESP 1946472/PR

Tese firmada: **"O interrogatório do réu é o último ato da instrução criminal. A inversão da ordem prevista no art. 400 do CPP tangencia somente à oitiva das testemunhas e não ao interrogatório. O eventual reconhecimento da nulidade se sujeita à preclusão, na forma do art. 571, I e II, do CPP, e à demonstração do prejuízo para o réu."**

Trânsito em julgado em: 07/11/2023

- **Trânsito em julgado no TEMA 1208** – RESP 2049870/MG e RESP 2055920/MG

Tese firmada: **"A reincidência pode ser admitida pelo juízo das execuções penais para análise da concessão de benefícios, ainda que não reconhecida pelo juízo que prolatou a sentença condenatória."**

Trânsito em julgado em: 30/11/2023

# REPERCUSSÃO GERAL - STF

Vide boletins "Repercussão Geral em pauta" do STF nº 270, 271, 272 e 273 em anexo.

## TEMAS COM ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

### - DIREITO TRIBUTÁRIO

- **TEMA 1284** – Paradigma ARE 1460254

Tese firmada: "**A cobrança do ICMS-DIFAL de empresas optantes do Simples Nacional deve ter fundamento em lei estadual em sentido estrito.**"

Data de publicação do acórdão: 27/11/2023

## TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

### - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

- **Trânsito em julgado no TEMA 698** – Paradigma RE 684612

Tese firmada: "**1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).**"

Trânsito em julgado em: 17/11/2023

- **Trânsito em julgado no TEMA 1002** – Paradigma RE 1140005

Tese firmada: "**1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.**"

Trânsito em julgado em: 17/11/2023

- **Trânsito em julgado no TEMA 1224** – Paradigma RE 1372723

Tese firmada: "**É constitucional o reajuste de proventos e pensões concedidos a servidores públicos federais e seus dependentes não beneficiados pela garantia de paridade de revisão pelo mesmo índice de reajuste do regime geral de previdência social (RGPS), previsto em normativo do Ministério da Previdência Social, no período anterior à Lei 11.784/2008.**"

Trânsito em julgado em: 22/11/2023

## - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- **Trânsito em julgado no TEMA 519** – Paradigma RE 659172

Tese firmada: "**O regime especial de precatórios trazido pela Emenda Constitucional nº 62/2009 aplica-se aos precatórios expedidos anteriormente a sua promulgação, observados a declaração de inconstitucionalidade parcial quando do julgamento da ADI nº 4.425 e os efeitos prospectivos do julgado.**"

Trânsito em julgado em: 17/11/2023

- **Trânsito em julgado no TEMA 598** – Paradigma RE 840435

Tese firmada: "**O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988.**"

Trânsito em julgado em: 18/11/2023

## - DIREITO TRIBUTÁRIO

- **Trânsito em julgado no TEMA 801** – Paradigma RE 816830

Tese firmada: "**É constitucional a contribuição destinada ao SENAR incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, na forma do art. 2º da Lei nº 8.540/92, com as alterações do art. 6º da Lei 9.528/97 e do art. 3º da Lei nº 10.256/01.**"

Trânsito em julgado em: 08/11/2023